

## Putas e Boas Moças: Uma Viagem Etimológica Sobre *Putafobia*

*Se não pegamos as palavras pelos chifres, não vamos mudar nada.*

Gabriela Leite

É necessário pensar um pouco sobre a *pornofobia*<sup>1</sup> – ou a *putafobia*, em sua acepção brasileira. A putafobia pode ser entendida como o medo de, a aversão à, ou a discriminação contra as mulheres que vendem serviços sexuais. A palavra não é apenas um termo de militância ou o mais novo neologismo oriundo do universo “politicamente correto”: é um fato social que condiciona a vida das mulheres (putas e não putas) e, portanto, é um assunto de importância primária em discussões sobre como podemos criar justiça social para as profissionais do sexo.

No Brasil, uma das maneiras como os ativistas e aliados das profissionais do sexo têm enfrentado a putafobia é através do desenvolvimento do putafeminismo. Isso não segue a acusação abolicionista, tão comum, de que “as ativistas que militam em prole dos direitos para as prostitutas pensam que o trabalho sexual é empoderamento”. O putafeminismo baseia-se numa análise marxista em que o trabalho é entendido como *ipso facto* alienante e uma forma de dominação, mas também como um campo potencial para a organização política e a luta social. Essa é somada a uma análise feminista das relações de gênero, que vê a prostituição como apenas um ponto numa série de posições interligadas em que as mulheres são subordinadas e empurradas para trocar o trabalho sexual e /ou afetivo por sustento e sobrevivência.

O putafeminismo vê o trabalho mal remunerado no setor dos serviços, o casamento, e a prostituição como posições iguais num complexo capitalista e patriarcal. Questiona por que apenas um elemento deste tripé - a comercialização do sexo - é criminalizado e estigmatizado. Nas palavras da trabalhadora sexual e intelectual putafeminista, Monique Prada:

Basicamente, a prostituição é um lugar onde o senso comum diz que nenhuma mulher deve querer estar – e ainda assim, milhões de mulheres a tem exercido através dos séculos. Talvez este esteja longe de ser o pior lugar do mundo para uma mulher, mas há toda uma sociedade se esforçando para torná-lo péssimo.... E há uma classe de pessoas, e eu pertencço a essa classe de pessoas, para a qual trabalhar com sexo, limpar banheiros ou trocar fraldas de idosos são trabalhos possíveis, são trabalhos dignos, e os exercemos. Infelizmente, na sociedade em que vivemos, precisamos ter em mente que nem todas as pessoas terão tão amplo leque de escolhas que as permita ficar longe da

---

<sup>1</sup> O neologismo vem do grego: *pornae* = prostituta; *phobos* = medo ou repulsão.

precariedade ou de chefes abusivos – ainda assim, seguimos vivendo e fazendo as escolhas que estão ao nosso alcance. (apud Drummond, 2017)

O putafeminismo nega a divisão binária entre ”putas” e “boas moças” que tem sido chave no desenvolvimento da maioria das tradições morais que contemplam a mulher – e particularmente aquelas cujas origens imediatas se encontram nos complexos marianos do cristianismo e cujos raízes mais profundos remetem ao nascimento dos complexos patriarcais, no oriente médio e na bacia do Mediterrâneo mais que 3.000 anos atrás. Peça chave nos entendimentos putafeministas de sexo, trabalho, e mulheres é uma tentativa de recuperar não só a palavra, mas o conceito que subscreve *puta*.

Linguisticamente, as origens da "puta" são bastante claras. A palavra portuguesa aparentemente tem sua origem mais próxima no conjugado feminino do *puttus*, palavra em latim que significa um jovem, particularmente um de status social baixo que pode ser encontrado "na rua" sem a proteção da família (Harper, s / d; Buich, 2016). As origens de “whore”, em inglês, são ainda mais interessante: encontram-se uma raiz próxima na palavra germânica “horaz”, que significa "alguém que deseja". Mais adiante, a palavra está enraizado nas palavras indo-européias “ka” e “karo”, que significam "querido", e que resultaram no “caro” em latim e português (Raccioppi, 2009; Harper, s / d).

Essas raízes são bastante iluminadoras. O caso inglês relaciona, etimologicamente, a "puta" com o desejo feminino, independente dos desejos masculinos. O caso português associa a palavra a jovens mulheres das classes baixas, trabalhando fora do ambiente familiar. Essas origens indicam o que realmente está em causa no uso insultante de “puta” hoje em dia: a independência feminina. A *horaz* é uma mulher que deseja, que não está contente com o seu lote na vida, que procura ativamente colocar seus interesses em primeiro lugar. A *putta* é uma menina que está sozinha nas ruas numa sociedade profundamente patriarcal, participando da vida pública sem a proteção de uma família. Em ambos os casos, são as ações independentes das mulheres, sem referência aos homens ou familiares, que estão na mira como “problema social”. E em ambos os casos, a ameaça que esta independência representa acaba sendo expressa em termos sexuais.

Como vários autores têm apontado (Ortner, 1974 and 1978; Graeber, 2011; Ringdal, 1997; Lerner, 1980 and 1989), a independência feminina – e, particularmente, a independência sexual feminina – acabou restrita onde e quando as economias baseadas no mercado têm surgidas. Como o antropólogo David Graeber afirma:

Sempre foi um escândalo para aqueles que gostam de entender o avanço da ciência e da tecnologia, o acúmulo do conhecimento, o crescimento econômico – o "progresso humano", como gostamos de chamá-lo - como necessariamente levando todos à uma liberdade humana maior que, para as mulheres, exatamente o oposto parece ter acontecido. Ou, pelo menos, isto foi o caso até tempos muito recentes. Semelhante restrição gradual na liberdade das mulheres

pode ser observada na Índia e na China. A questão obviamente é, por quê?  
(Graeber, 2011: 178)

Graeber propõe que o surgimento do patriarcado fosse uma reação aos ciclos de crescente endividamento e mercantilização que acompanharam a militarização das civilizações na período neolítico, e que ameaçavam transformar todas as relações humanas em mercadorias. Sob este regime, as relações de autoridade doméstica literalmente se tornaram relações de propriedade, sendo que a esposa e os filhos de um homem poderiam ser usados como garantia para seus empréstimos. Na Mesopotâmia neolítica, então, a prostituição -- que já havia sido vista como um ato sagrado -- tornou-se cada vez mais associada à escravidão da dívida, provocando "uma reação horrorizada por parte dos vencedores (masculinos) do jogo econômico, que ao longo do tempo sentiram obrigados a tomaram medidas cada vez mais radicais para deixar claro que *suas* mulheres não podiam, de modo algum, ser compradas ou vendidas" (Ibid, 179).

Segundo Gerda Lerner (1989), Graeber afirma que "o patriarcado, como o conhecemos, parece ter tomado forma em uma batalha sem trêguas entre as novas elites e os recém despossuídos [e endividados]" (Graeber, 2011: 184). À medida que a prostituição se tornou sinônimo de escravidão, tornou-se necessário diferenciar cada vez mais fortemente entre as mulheres "respeitáveis", cujos corpos não podiam ser comprados ou vendidos, e as "escravas / prostitutas" não respeitáveis, que eram bens moveis. A "derrota histórica mundial das mulheres", referenciada pela antropóloga Gayle Rubin (1975: 157-158) parece ter assumida a forma de uma expropriação da sexualidade feminina. Nos regimes criados pelo alvorecer das civilizações mercantis, uma mulher poderia ser uma escrava/prostituta, sem direito legal ao seu corpo, ou "livre e respeitável", o que significava que sua pessoa física ficava escondida do público e permanentemente relegada à esfera doméstica, propriedade de uma família chefiada por um homem (Graeber, 2011: 185). Em ambos os casos, os corpos das mulheres e a sua sexualidade não lhes pertenciam.

A análise de Graeber lança nova luz sobre o significado de "puta" e a quem essa palavra aplica. Uma mulher que tem seus próprios desejos era anátema na sociedade patriarcal clássica: ou estava sob a autoridade de um homem na esfera da família, ou qualquer homem podia fazer com ela como queria. Falar de mulheres com direitos fora o âmbito familiar era um absurdo absoluto. Sua respeitabilidade (que afinal das contas, significava que seus desejos deveriam ser respeitados) estava condicionada a sua submissão à autoridade doméstica masculina. Da mesma forma, as jovens expostas nas ruas, sem a família, só poderiam ser pessoas que não tinham nada que deveria ser respeitada.

Vale a pena refletir sobre o fato que o "Occidente" de hoje é descendente linear dessas civilizações patriarcais clássicas da bacia do Mediterrâneo (Schüssler-Fiorenza, 1993) e que as leis que governavam a respeitabilidade das mulheres não estão tão distantes em nosso passado. Na verdade, muitas ainda estão conosco hoje. A principal diferença entre

“mulheres respeitáveis” e as “putas” ainda gira em torno do controle social da sexualidade feminina. Mesmo na Suécia, supostamente progressiva e com suas leis de orientação feminista que proíbem a compra (mas não a venda) do sexo, as mulheres que comercializam o sexo são consideradas como “bens fundamentalmente danificados”: doentes mentais, na melhor das hipóteses, criminalmente perversas, na pior. E, embora não possam ser presos por prostituição, ainda podem ser negados direitos e benefícios, habitação, e acesso aos seus filhos (Edlund & Jakobsson, 2017).

Em toda parte do mundo "ocidental", o Estado ainda tem o dever de manter as prostitutas separadas das mulheres e famílias ditas respeitáveis, mantendo a mesma distinção geral que se tornou visível há 3200 anos na Mesopotâmia. É verdade que, em tempos modernos, a esfera de atividade das mulheres respeitáveis se expandiu além dos limites da família e que essas mulheres agora são reconhecidas como sujeitos. No entanto, parte do preço desta expansão relativa dos direitos femininos parece ter sido a manutenção da velha dualidade entre “boas moças” e “putas” e a progressiva marginalização dessas últimas.

Ironicamente, parece que são precisamente os segmentos mais liberados e economicamente mais bem sucedidos da população feminina do "Ocidente" que tem se tornado os pornofóbicos mais ávidos da atualidade. Parafraseando os comentários de David Graeber sobre a Mesopotâmia antiga, nesta época de crescente mercantilização e endividamento, uma reação horrorizada parece estar ocorrendo por parte das vencedoras do jogo econômico, que se sentem cada vez mais obrigadas deixarem claro que elas, enquanto mulheres, não podem de modo algum ser compradas ou vendidas. Como é sempre o caso em momentos como este, os limites entre as mulheres "boas" e as "más" precisam ser reforçados. Como a “boa moça” de hoje é permitida certo grau de autonomia sexual, sua contraparte simbólica é logicamente e cada vez mais a prostituta, que é imaginada como ser abjeta, sem voz, sem agência e que merece qualquer intervenção que o Estado considere oportuno a impor, desde que essa seja envolta com a retórica dos direitos humanos. Embora a prostituta seja apresentada como uma mulher que troca sexo por dinheiro, essa categoria ainda é associada com certos tipos físicos e culturais de mulheres, que geralmente são bastante distintas das elites femininas de suas respectivas sociedades. Isto, por sua vez, significa que as atividades de vigilância e repressão do Estado, destinadas a punir e/ou controlar e as putas, terão o efeito colateral de disciplinar populações femininas muito mais amplas. Em outras palavras e no contexto brasileiro, podemos esperar que medidas e políticas que são supostamente direcionadas para “combater a exploração sexual” acabarão de atacar as liberdades e o direito de ir e vir de mulheres pobres e/ou pretas, em geral.

Na luz da análise acima, podemos dizer que o putafeminismo busca uma abordagem feminista criativa e interseccionalista, plenamente consciente das imensas divisões dentro do campo político feminista (e entre as mulheres em geral) no que se refere ao trabalho sexual / prostituição. Não entende essas divisões como neutras ou uniformemente equilibradas, mas sim como sendo constituídas por experiências vividas de classe,

cidadania, e raça entre as mulheres - experiências vividas que criam privilégios e exclusões. Sobretudo, o putafeminismo é crítica daquilo que a antropóloga Elizabeth Bernstein chama de "feminismo carceral" e "humanismo militarizado": as tentativas de criar a justiça social através de uma vigilância maior, a criminalização, e a securitarização (Bernstein, 2010). O putafeminismo reconhece que as atividades sociais de disciplinar e punir inevitavelmente selecionam certos corpos, certas pessoas, como seu foco. Procura alertar as feministas e o mundo ao respeito dos efeitos práticos e cotidianos dessas atividades e o que eles significam em termos de justiça social para as profissionais do sexo.

## **Bibliografia**

Bernstein, Elizabeth. 2010. "Militarized humanitarianism meets carceral feminism: the politics of sex, rights, and freedom in contemporary antitrafficking campaigns". *Signs*, 36-1. Pp. 45-72.

Buich, Nora. 2016. "Origem da palavra 'puta'". *Esquerda Diário*. At [www.esquerdadiario.com.br/Origem-da-palavra-puta](http://www.esquerdadiario.com.br/Origem-da-palavra-puta), accessed on 6/8/2017.

Graeber, David. 2011. *Debt: the First 5,000 Years*. NY: Melville House.

Harper, Douglas. S/D. "Whore n." *Online Etymology Dictionary*. At [www.etymonline.com/index.php?term=whore](http://www.etymonline.com/index.php?term=whore), accessed on 6/8/2017.

Lerner, Gerda. 1980. "The Origin of Prostitution in ancient Mesopotamia." *Signs*, 4 (3). Pp. 173-198.

Lerner, Gerda. 1989. *The Creation of Patriarchy*. NY: Oxford University Press.

Ortner, Sherry. 1978. "The Virgin and the State." IN: *Feminist Studies*, vol. 4, no. 3. Pp. 19-35.

Raccioppi, Katie. 2009. "From 'Friend' to 'Whore'". *Living Language: Politics, Philology, Theory*. At [www.http://livingwithlanguage.wordpress.com/2009/03/02/from-friend-to-whore](http://livingwithlanguage.wordpress.com/2009/03/02/from-friend-to-whore), accessed on 6/8/2017.

Ringdal, Nils Johan. 1997. *Love For Sale: A World History of Prostitution*. NY: Grove Press.

Rubin, Gayle. 1975. "The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex". IN: Reiter R. R. (ed.), *Toward an Anthropology of Women*. NY: Monthly Review Press. Pp. 157-210.